



## Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 8 de outubro de 2019

### O Tribunal de Contas Europeu afirma que a UE continua a apresentar melhorias na gestão financeira pelo terceiro ano consecutivo

No seu relatório anual relativo ao exercício de 2018, publicado hoje, o Tribunal de Contas Europeu (TCE) conclui que as contas da UE dão uma "imagem verdadeira e fiel" da sua situação financeira e, pelo terceiro ano consecutivo, emite uma opinião com reservas sobre a regularidade das operações financeiras subjacentes às contas. Esta opinião reflete o facto de uma parte significativa das despesas da UE em 2018 não estar materialmente afetada por erros e esses erros já não serem generalizados nos diversos domínios de despesas. Ao mesmo tempo, o Tribunal salienta que subsistem desafios nos domínios de despesas de alto risco, como o desenvolvimento rural e a coesão.

*"Graças a melhorias na sua gestão financeira, a UE cumpre agora elevados padrões de prestação de contas e de transparência no que se refere à utilização das verbas públicas. Esperamos que a nova Comissão e os Estados-Membros prossigam este esforço", afirmou Klaus-Heiner Lehne, Presidente do TCE. "O início de uma nova legislatura e de um novo período de programação financeira cria uma oportunidade que os decisores políticos devem aproveitar para concentrar as políticas e as despesas da UE na obtenção de resultados e de valor acrescentado."*

O nível global de irregularidades nas despesas da UE manteve-se estável, dentro do intervalo observado nos dois últimos anos. Os auditores estimam que o nível de erro das despesas de 2018 se situou em 2,6% (2,4% em 2017 e 3,1% em 2016). Os erros foram detetados sobretudo em domínios de despesas de risco elevado, como o desenvolvimento rural e a coesão, em que são feitos pagamentos provenientes do orçamento da UE para reembolsar os beneficiários dos custos em que incorreram. Estes domínios de despesas estão sujeitos a regras e critérios de elegibilidade complexos, que podem levar a erros.

O Tribunal salienta que, com a chegada de novos dirigentes às instituições da UE e na sequência das eleições deste ano para o Parlamento Europeu, a UE se encontra num importante momento decisivo e deve aproveitar a ocasião para apresentar resultados. O orçamento da UE representa

*O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Anual adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório encontra-se em [eca.europa.eu](http://eca.europa.eu).*

## ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu) @EUAuditors [eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)

apenas 1% do rendimento nacional bruto de todos os Estados-Membros, pelo que é fundamental que as suas despesas não só respeitem as regras, como também produzam resultados.

O Tribunal realça igualmente os desafios que se colocam à gestão orçamental e financeira da UE e que se revestem de especial importância para o novo ciclo orçamental de longo prazo. Apesar de uma aceleração e de pedidos significativamente mais elevados em 2018, continua a ser reduzida a absorção, pelos Estados-Membros, dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, que representam quase metade do atual Quadro Financeiro Plurianual (QFP). A Comissão deve tomar medidas para evitar pressões indevidas sobre as necessidades de dotações de pagamento no início do novo QFP (2021-2027), que poderão ser provocadas pelos atrasos nos pedidos relativos ao QFP atual. Além disso, o aumento das garantias apoiadas pelo orçamento da UE (92,8 mil milhões de euros no final de 2018) agrava a exposição do orçamento ao risco, que a Comissão terá de ter em consideração no novo QFP.

### **Notas aos diretores das publicações**

As despesas da UE em 2018 perfizeram 156,7 mil milhões de euros, o equivalente a 2,2% das despesas das administrações públicas dos Estados-Membros no seu conjunto e a 1,0% do rendimento nacional bruto da União. Em 2018, o domínio dos "Recursos naturais" representou a maior parte dos fundos auditados (48%), as despesas com a "Coesão" elevaram-se a 20% e a "Competitividade" representou 15%. Tal como no ano passado, o Tribunal analisou o domínio da "Coesão" com base no trabalho de outros auditores nos Estados-Membros e na supervisão efetuada pela Comissão.

Todos os anos o Tribunal audita as receitas e despesas da UE, examinando a fiabilidade das contas anuais e a conformidade das operações relativas às receitas e despesas com as regras aplicáveis ao nível da UE e dos Estados-Membros.

As contas da UE são elaboradas em conformidade com regras contabilísticas baseadas nas normas de contabilidade internacionalmente aceites para o setor público e apresentam a situação financeira da União no final do exercício de 2018, bem como os seus resultados financeiros ao longo do mesmo. A situação financeira da UE inclui o ativo e o passivo das suas entidades consolidadas no final do exercício, tanto a curto como a longo prazo.

Uma opinião "favorável" significa que os valores apresentam uma imagem fiel e verdadeira e cumprem as regras de relato financeiro. Uma opinião "com reservas" significa que os auditores não podem apresentar uma opinião favorável, mas que os problemas detetados não são generalizados. Uma opinião "adversa" indica problemas generalizados.

Para chegar a esta opinião de auditoria, o Tribunal testa amostras de operações de modo a apresentar estimativas baseadas em estatísticas da medida em que as receitas e os diferentes domínios de despesas estão afetados por erros. O Tribunal compara o nível de erro estimado medido com um limiar de materialidade de 2%, a partir do qual as receitas ou despesas são consideradas irregulares. O nível de erro estimado não constitui uma quantificação de fraudes, falta de eficiência ou desperdício: trata-se de uma estimativa dos montantes que não deveriam ter sido pagos porque não foram utilizados inteiramente em conformidade com as regras da UE e nacionais.

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) é o auditor externo independente da União Europeia. Os seus relatórios e pareceres de auditoria são um elemento essencial da cadeia de prestação de contas da UE e são utilizados para pedir contas aos responsáveis pela execução das políticas e programas da União: a Comissão, as outras instituições e organismos da UE, bem como as administrações dos Estados-Membros. O Tribunal chama a atenção para os riscos, fornece garantias, assinala insuficiências e boas práticas e formula orientações destinadas aos decisores políticos e legisladores da UE sobre a forma de melhorar a gestão das políticas e programas da União.

O Relatório Anual sobre o orçamento da UE, o Relatório Anual sobre os Fundos Europeus de Desenvolvimento e o documento intitulado "Auditoria da UE relativa a 2018 – uma síntese" podem ser consultados em: [eca.europa.eu](http://eca.europa.eu).